



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



Rompendo as barreiras da exclusão: a construção de uma legislação sanitária voltada às famílias agricultoras

Breaking the barriers of exclusion: construction of health legislation for the farming families

JANDREY, Paola Karolyne¹; BEZERRA, Islandia¹; ANJOS, Mônica de Caldas Rosa dos¹ SCHNEIDER, Gabriela dos Santos¹; DIZ, Mariana do Nascimento¹

¹Universidade Federal do Paraná (UFPR), pkjandrey@hotmail.com; islandiabc@gmail.com; monica.anjos@ufpr.br; gabitkl@gmail.com; marinascimentodiz2@gmail.com

Tema Gerador: Políticas Públicas e Conjuntura

Resumo

Esse artigo tem como objetivo debater a construção das legislações (em especial a Resolução SESA nº 004/2017 do Paraná), como uma forma de romper as barreiras impostas às famílias agricultoras pelas chamadas normas sanitárias. Ao trabalhar sob uma perspectiva inclusiva, as legislações adaptadas às realidades servem como instrumento de famílias de agricultores, possibilitando uma maior inserção de seus produtos no mercado. Para isso, utilizou-se de uma revisão acerca das legislações sanitárias e do modo como a Resolução RDC nº 49/2013 e a Resolução SESA nº 004/2017 foram construídas, sendo possível observar uma participação de diversos segmentos da sociedade na construção das mesmas (inclusive de produtores agroecológicos, consonantes com essas agroindústrias). Apesar dos avanços, ressalta-se a importância de debater questões acerca da não padronização de produtos artesanais, estimulando a apropriação desta temática entre os fiscais que atuam na vigilância sanitária.

Palavras-chave: agroindústria; inclusão produtiva; vigilância sanitária.

Abstract

The purpose of this article is to discuss the construction of legislations (in special the resolution of SESA nº 004/2017 of Parana state), as a way of breaking down the barriers imposed to farming families by the health standards. Working from an inclusive perspective, the legislations adapted to the realities serve as instruments of the farming families, allowing a higher insertion of their products on the market. For this, a revision of the legislation was used and how resolution RDC nº 49, October 31, 2013 and the resolution SESA nº 004/2017 were created, being possible to observe the participation of many society segments in their construction (including agroecological producers, consonants with these agroindustries). Despite the advances, it is important to emphasize the importance to discuss questions about the despadronezation of artisanal products, stimulating the appropriation of this theme among the health surveillance inspectors.

Keywords: agroindustry; productive inclusion; health surveillance.

Introdução

O atual sistema agroalimentar vem sendo influenciado por grandes redes transnacionais, as quais os processos atuam sob a lógica de transações econômicas classificadas por *commodities*. Esse processo - potencializado pela globalização do sistema agroalimentar a abertura de fronteiras para os mercados – tem como pilar o lucro,



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



utilizando-se de meios de produção em larga escala, com insumos químicos e desenvolvimento de tecnologias que priorizam a manipulação genética (organismos geneticamente modificados, *cisgenia*, biofortificados etc). (WESZ JUNIOR, TRENTIN e FILIPPI, 2009).

Como alternativa tem-se a proposta da agroecologia, que segundo Perez-Cassarino (2012) e Azevedo e Pelicioni (2011), se caracteriza como um movimento sociopolítico, com princípios de harmonização de ecossistemas naturais (tendo diversificação da produção de alimentos sem uso de transgênicos, fertilizantes sintéticos e agrotóxicos), resgate e preservação de conhecimento e culturas locais, autonomia da agricultura camponesa e familiar, promoção de mercados locais e aproximação agricultor e consumidores.

Dentro dessa perspectiva o empreendimento rural se insere como um potencial comércio que possui grande relevância social, sendo construído a partir de um saber social de várias gerações, que servem desde a família até o mercado local com o excedente (SULZBACHER e DAVID, 2009). Prezotto (2002a) classifica esses empreendimentos como agroindústrias rurais de pequeno porte, definindo-as como uma nova lógica de organização - que por ser de pequeno porte não se insere nos ganhos da economia de grande escala -, se caracterizando pela produção de produtos processados em uma instalação no meio rural, com trabalho expressivamente familiar, com matérias primas oriundas da própria unidade - com pequenas quantidades sendo adquiridas de terceiros -, e com o nível de sofisticação de equipamentos baixa. Nestes termos, a agroindústria familiar rural pode ser considerada uma importante estratégia de reversão da economia moderna e conservadora – assim como a agroecologia -, com a construção de políticas públicas que visem retirar esses produtores da informalidade, bem como, estimular uma nova compreensão sobre qualidade na produção. Assim, Prezotto (2002b), sugere a ampliação do termo qualidade, para além das questões sanitárias. O modelo atual de fiscalização da qualidade do produto tem gerado dificuldades para que os produtores se adaptem às exigências legais, geralmente descontextualizadas. (SULZBACHER E DAVID, 2009)

Schottz, Cintrão e Mendes dos Santos (2014) debatem que a legislação sanitária é definida com base em critérios para homogeneizar a produção que também está sendo um instrumento para padronização da produção artesanal de alimentos, não respeitando a diversidade, história e cultura vinculadas aos alimentos produzidos, afastando esses produtos da origem artesanal, desconsiderando as escalas de produção – sendo uma mesma lei aplicada a grandes e pequenas agroindústrias.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



Dentro dessa discussão um dos principais pilares para fortalecimento da agroindústria familiar foi à publicação da Resolução RDC nº 49, de 31 de outubro de 2013, que envolveu amplo debate com a sociedade civil e setores governamentais. (SCHOTTZ, CINTRÃO e SANTOS, 2014). Neste sentido, o presente trabalho busca estudar, com base nesta Resolução, a construção de uma legislação sanitária do Estado do Paraná específica para empreendimentos familiares rurais.

Metodologia

Para o presente trabalho foi realizada uma revisão acerca das principais legislações aplicadas às agroindústrias de pequeno porte, focando na Resolução RDC nº 49, de 31 de outubro de 2013 e na Resolução SESA 004/2017 do Governo do Estado do Paraná, sendo que as autoras participaram da construção da última.

Resultados e discussão

Desde a década de 50, com a intensificação do processo de industrialização e o surgimento da “Revolução Verde” o consumo alimentar foi se modificando, sendo o mercado dominado por empresas transnacionais com o fortalecimento de circuitos longos de comercialização, além da dissociação da produção e do consumo. Nesse sentido as normas de qualidade começam a ser escritas de forma a associar a qualidade dos alimentos, com padrões sanitários e segurança dos alimentos, passando a ter caráter homogeneizador, com a justificativa de impedir contaminações e tornar os alimentos aptos à comercialização internacional. (SCHOTTZ, CINTRÃO e SANTOS, 2014)

Com base nos critérios internacionais, algumas legislações, no Brasil, começaram a ser elaboradas com vistas a adequar as agroindústrias a esses padrões. A Portaria nº 326, de 30 de julho de 1997, da Secretaria de Vigilância Sanitária (SVS) do Ministério da Saúde, foi construída com intuito de padronizar as exigências sanitárias às exigências dos demais países do Mercosul, estabelecendo critérios para considerar o alimento seguro. Os critérios estabelecidos variam desde a localização dos estabelecimentos, até como devem estar organizados e como as pessoas que trabalham no local devem se portar. Como complementação a essa portaria, a Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002, foi elaborada, ampliando os conhecimentos sobre qualidade sanitária e estabelecendo critérios para a elaboração de Procedimentos Operacionais Padronizados (POP) – padronizando as sequências das operações realizadas na indústria – e indicando uma Lista de Verificações de Boas Práticas para ser aplicada aos estabelecimentos. Nessa lista de verificação estão especificados como:



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



edificações, instalações, equipamentos, móveis, utensílios, manipuladores, produção, transporte do alimento, e documentação, devem estar ou agir. (CRUZ e SCHEIDER, 2010; SCHOTTZ, CINTRÃO e SANTOS, 2014)

Além das legislações sanitárias voltadas às agroindústrias, há outras que estabelecem, por exemplo, padrões de identidade e qualidade (PIQ), como é o caso da RDC nº 352, de 23 de dezembro de 2002, que estabelece critérios de boas práticas para estabelecimentos produtores de frutas e/ou hortaliças em conserva. A exigência de um PIQ para produtos artesanais entra em contradição com o saber-fazer tradicional das famílias, impondo regras e fazendo pressão para a eliminação deste tipo de produção, com a cobrança de multas e fechamento de estabelecimentos de produção e comercialização de alimentos, que não se adéquam a essas normas. Esta prática tem trazido como consequência a exclusão desses agricultores do sistema produtivo formal. (CRUZ e SCHEIDER, 2010; SCHOTTZ, CINTRÃO e SANTOS, 2014)

Dentro desse contexto, a partir de 2011, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), integrou-se ao Plano Brasil sem Miséria que tem como objetivo superar a extrema pobreza no Brasil, criando programas e incentivos para a promoção e integração da população com dificuldade em formalizar as atividades produtivas. Um dos principais resultados foi a construção da Resolução RDC nº 49, de 31 de outubro de 2013, aplicada a microempreendedores individuais, empreendimentos da economia solidária e movimentos sociais e organizações da agricultura familiar, cujo debate envolveu a sociedade civil e setores governamentais, sendo materializada por meio de diversos instrumentos, tais como: seminários, audiências, consultas públicas, entre outros. (SCHOTTZ, CINTRÃO e SANTOS, 2014). Essa legislação trouxe diversos ganhos, como a racionalização, simplificação e padronização dos procedimentos de regularização, de modo a facilitar a inclusão desses produtores, proteger a produção artesanal - preservando costumes, hábitos e conhecimentos tradicionais e, agir com razoabilidade no que se refere às exigências aplicadas. Além disso, regulariza atividades realizadas na residência, estimulando a produção, sem a necessidade de grandes investimentos financeiros para a construção de áreas anexas voltadas ao processamento.

Estimulados em fazer uma nova legislação sanitária consonante a RDC 49/2013, a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná publica a Resolução SESA nº 004/2017, elaborada a partir da participação da sociedade civil, agricultores - inclusive agricultores agroecológicos, representantes de entidades governamentais e privadas do setor, por meio de reuniões, oficinas e consultas públicas, possibilitando amplo debate entre os sujeitos envolvidos no processo. Essa legislação abrange empreendimentos familiares



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



rurais, empreendimentos econômicos solidários, e microempreendedores individuais e detalha como as ações nesses locais devem ser conduzidas, buscando preservar a identidade cultural e tradicional dos produtores.

Essa legislação trouxe mais segurança para os produtores rurais, que tiveram condições de se apoiar em uma legislação específica para o estado, e para as suas condições de produção, sem que fosse colocada em risco a saúde dos consumidores, e a oferta de alimentos seguros.

Em que pese o caráter tecnicista da referida legislação, pode-se considerar avanço o Artigo 16, do Capítulo V da RDC 49/2013, *“O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária promoverá capacitação de periodicidade regular, voltada à sensibilização e atualização de seus profissionais, para o cumprimento das diretrizes desta resolução”*, de forma que tanto as leis, como os profissionais que as fazem cumprir estejam em sintonia, a fim de evitar que mais produtores tenham que permanecer na informalidade.

No exercício de construir uma normativa específica a este segmento, é possível observar a importância da agroindústria familiar rural como forma de resistência ao processo produtivo atual, onde o alimento é considerado uma mera mercadoria, desconsiderando valores simbólicos no ato de produzir, processar e consumir alimentos.

Conclusão

Servindo como estímulo para a implementação dessas agroindústrias, esse artigo buscou evidenciar a construção de legislações próprias para agroindústrias familiares rurais, de forma que estimulem a saída da informalidade dos produtores rurais. Dentro desse processo encontra-se a Resolução RDC nº 49, de 31 de outubro de 2013, que foi a pioneira para esse grupo, rompendo com as legislações voltadas às grandes indústrias alimentícias, aplicadas, de forma inadequada, às agroindústrias familiares. Posteriormente a esta, no Paraná, foi publicada a Resolução SESA nº 004/2017, que complementa e dispõe uma legislação própria para as agroindústrias familiares paranaenses.

Observa-se que a participação de diversos segmentos da sociedade foi um ponto chave na criação dessas duas legislações, uma vez que a participação de distintos atores sociais estimula o debate (e confere significados) a diferentes pontos de vista. Nesta perspectiva, a agroecologia, por sua vez, fortalece também os processos que englobam as agroindústrias familiares, uma vez que estimula o convívio harmonioso com a natureza, preserva a biodiversidade existente, valoriza os saberes e práticas da produção rural e facilita a autonomia na produção.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



Agradecimentos

Agradecimentos especiais a Fundação Araucária e a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Paraná por proporcionar a realização desse estudo.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, E. de; PELICIONI, M. C. F. Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersetorial. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, vol. 20; n. 3. p. 715-729. 2011.

BRASIL. **Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997**. Aprova o Regulamento Técnico; "Condições Higiênicas Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos, 1997.

BRASIL. **Resolução RDC nº 49, de 31 de outubro de 2013**. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. 2013.

BRASIL. **Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, 23 out. 2003.

CRUZ, F. T. da; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**. Vol, 5 nº 2, p. 22-38. 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Resolução SESA nº 004/2017**. Secretaria da Saúde. 2017.

PEREZ-CASSARINO, J. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da rede ecovida de agroecologia**. 2012. 450 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, EDUFSC. nº 31, p. 133-153. 2002a.

PREZOTTO, L. L. Qualidade ampla: referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. Brasília, p. 285-300. 2002b.

SCHOTTZ, V.; CINTRÃO, R. P.; SANTOS, R M. dos. Convergências entre a Política Nacional de SAN e a construção de normas sanitárias para produtos da Agricultura Familiar. **Revista VISA em debate: sociedade, ciência e tecnologia**. Vol. 2. Nº 4. 2014.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



SULZBACHER, A. W.; DAVID, C. de. Agroindústria familiar rural: uma estratégia para melhorar a qualidade de vida no espaço rural. **Geosul**. Florianópolis, v. 24, nº 47, p. 78-80, jan/jun, 2009.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L.; FILIPPI, E. E. Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Sul do Brasil. **Cuadernos Des. Rural**. Bogotá (Colombia), vol. 6, nº 63, p. 59-85. Jul/dez, 2009.